



## DA AUSÊNCIA PARA A EXISTÊNCIA – INTELLECTUALIDADES NEGRAS NO ESPAÇO COLONIAL EM BUSCA DA CONSTRUÇÃO DE UMA PSICOLOGIA BRASILEIRA ANTIRRACISTA

*Paulo Vitor Palma Navasconi<sup>1</sup>  
Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, São Paulo, Brasil.*

**Resumo:** Neste artigo tenho como premissa refletir sobre a necessidade de repensarmos a Psicologia Brasileira e sua estruturação enquanto ciência, bem como, tecer considerações acerca do silenciamento da intelectualidade negra na Psicologia. Compreendo ser mais do que urgente e necessário esta ação. Pois, nos possibilita forjar uma teoria da Psicologia e uma historiografia com diferentes sujeitos que agem no e sobre o mundo das mais diversas formas a partir das mais distintas cosmovisões. Logo, desnaturalizar essa não-presença da população negra nos espaços de produção de conhecimento e trazer à tona suas produções intelectuais/acadêmicas e ainda suas experiências enquanto sujeitos ativos da história é urgente para a transformação desse cenário. Sendo assim, a partir das reflexões realizadas neste artigo não busco apenas evidenciar o racismo, mas produzir reflexões que visem um combate às linhas estruturais dos epistemicídios inerentes aos discursos universalistas.

**Palavras-chave:** Psicologia; Intelectualidade; Epistemicídio; Negritude.

---

<sup>1</sup> Psicólogo (CRP08/25820). Graduado pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Especialista em Psicologia Social. Mestre e Doutor em Subjetividade e práticas sociais na contemporaneidade pela Universidade Estadual de Maringá. Professor Assistente Doutor no Departamento de Psicologia Clínica da Universidade Estadual Paulista (FCL-UNESP Assis). Membro do grupo de pesquisa em sexualidade, saúde e política. Autor do Livro: Vida, Adoecimento e Suicídio: Racismo na produção do conhecimento sobre jovens negros LGBTTIIs publicado no ano de 2019. Atualmente dedica-se a estudos relacionados a raça, gênero, violência contra a população negra, história da Psicologia e comportamento suicida. E-mail: [paulo.navasconi@unesp.br](mailto:paulo.navasconi@unesp.br) e ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6330-5835>



## FROM ABSENCE TO EXISTENCE – BLACK INTELLECTUALITIES IN THE COLONIAL SPACE IN SEARCH OF THE CONSTRUCTION OF AN ANTI-RACIST BRAZILIAN PSYCHOLOGY

**Abstract:** In this article, I intend to reflect on the need to rethink Brazilian Psychology and its structure as a science, as well as to make considerations about the silencing of black intellectuals in Psychology. I understand that this action is more than urgent and necessary. Because, it allows us to forge a theory of Psychology and a historiography with different subjects who act in and on the world in the most diverse ways from the most different cosmovisions. Therefore, denaturalizing this non-presence of the black population in the spaces of knowledge production and bringing to light their **intellectual**/academic productions and even their experiences as active subjects of history is urgent for the transformation of this scenario. Therefore, based on the reflections carried out in this article, I do not only seek to highlight racism, but to produce thoughts that aim to combat the inspired lines of epistemicides inherent in universalist discourses.

**Keywords:** Psychology; Intellectuality; Epistemicide; Blackness.

## DE L'ABSENCE À L'EXISTENCE – LES INTELLECTUALITÉS NOIRES DANS L'ESPACE COLONIAL À LA RECHERCHE DE LA CONSTRUCTION D'UNE PSYCHOLOGIE BRÉSILIENNE ANTIRACISTE

**Résumé:** Dans cet article, j'ai l'intention de réfléchir sur la nécessité de repenser la psychologie brésilienne et sa structure en tant que science, ainsi que de faire des réflexions sur le silence des intellectuels noirs en psychologie. Je comprends que cette action est plus qu'urgente et nécessaire. Car, elle permet de forger une théorie de la Psychologie et une historiographie avec des sujets différents qui agissent dans et sur le monde de manières les plus diverses à partir des cosmovisions les plus différentes. Par conséquent, dénaturiser cette non-présence de la population noire dans les espaces de production de connaissances et mettre au jour leurs productions intellectuelles/académiques et même leurs expériences en tant que sujets actifs de l'histoire est urgent pour la transformation de ce scénario. Ainsi, à partir des réflexions menées dans cet article, je ne cherche pas seulement à mettre en lumière le racisme, mais à produire des réflexions visant à combattre les lignes inspirées d'épistémicides inhérentes aux discours universalistes.

**Mots-clés:** Psychologie ; Intellectualité; épistémicide ; Noirceur.



## DE LA AUSENCIA A LA EXISTENCIA – INTELLECTUALIDADES NEGRAS EN EL ESPACIO COLONIAL EN BUSCA DE LA CONSTRUCCIÓN DE UNA PSICOLOGÍA BRASILEÑA ANTIRRACISTA

**Resumen:** En este artículo, pretendo reflexionar sobre la necesidad de repensar la Psicología brasileña y su estructura como ciencia, así como hacer consideraciones sobre el silenciamiento de los intelectuales negros en Psicología. Entiendo que esta acción es más que urgente y necesaria. Porque nos permite forjar una teoría de la Psicología y una historiografía con diferentes sujetos que actúan en y sobre el mundo de las más diversas maneras desde las más diversas cosmovisiones. Por lo tanto, desnaturalizar esta no presencia de la población negra en los espacios de producción de conocimiento y sacar a la luz sus producciones intelectuales/académicas e incluso sus experiencias como sujetos activos de la historia es urgente para la transformación de este escenario. Por lo tanto, a partir de las reflexiones realizadas en este artículo, no solo busco resaltar el racismo, sino producir pensamientos que apunten a combatir las inspiradas líneas de epistemicidios inherentes a los discursos universalistas.

**Palabras llave:** Psicología; Intelectualidad; Epistemicida; Negrura.

### INTRODUÇÃO

No presente artigo tenho como premissa refletir sobre a necessidade de repensarmos a Psicologia Brasileira e sua estruturação enquanto ciência, bem como, tecer considerações acerca do silenciamento da intelectualidade negra na Psicologia. Desta forma, compreendo ser mais do que urgente e necessário esta ação, uma vez que, a Psicologia tem sido um instrumento da colonialidade, no qual, suas epistemologias e práticas encontram-se muitas vezes pautadas de forma central nas perspectivas europeias e estadunidenses, e conseqüentemente acabam por não dialogar com a realidade brasileira, e assim, passam a ser instrumento de perpetuação e reproduções de violências coloniais e epistêmicas.

Repensar os caminhos que a Psicologia Brasileira tem trilhado nas últimas décadas, é fundamental, posto que nos possibilita forjar um olhar para a ciência da Psicologia e uma historiografia com diferentes sujeitos que agem no/e sobre o mundo das mais diversas formas a partir das mais distintas cosmovisões. Logo, desnaturalizar essa não-presença da população negra nos espaços de produção de conhecimento e



trazer à tona suas produções intelectuais/acadêmicas e suas experiências enquanto sujeitos ativos da história é urgente para a transformação desse cenário e, sobretudo, para uma democratização efetiva das universidades e do conhecimento.

Com isto, nestas reflexões não busco apenas evidenciar o racismo, mas produzir reflexões que visem possíveis combates às linhas estruturais dos epistemicídios inerentes aos discursos universalistas eurocêtricos-estadunidenses dominantes na produção de conhecimento. Em outras palavras, busco por meio deste artigo continuar o que os meus ancestrais e as minhas referências negras fizeram, e ainda fazem que é a produção de viradas epistêmicas, ao situar a diferença não mais como a diferença, e sim como produtora de realidades, saberes, e de potência. Possibilitando então o questionamento à história “oficial” e constituindo outros modos de compreender tal história e processos de subjetivações.

Em tempos de intolerância e de profundos retrocessos quanto ao acesso a direitos fundamentais, as escrituragens e a retomada de outras narrativas despontam como uma metodologia e uma ética de pesquisa que aposta na escrita e nas experiências como forma de resistência. Abordar as vidas de mulheres negras, não como objeto passivo da pesquisa, mas como potência artística, inventiva, por meio da escrita literária, é um modo de evidenciá-las(mo-nos) como protagonistas de suas(nossas) próprias histórias (Soares; MACHADO, 2017, p. 217).

Neste sentido, acredito no poder e na potência dos trabalhos que intelectuais negras e negros estão construindo, afinal, estar na luta por uma Psicologia Brasileira Antirracista é não estar almejando apenas a construção de teorias vazias e apartadas da realidade social, bem como um título ou que se reduza os circuitos acadêmicos geridas por sistemas organizacionais mecanicistas, mas como afirma Mombaça (2016) escrevemos para fazer correr, em circuito aberto, um conhecimento que já transborda as estruturas sistemáticas que procuram tangenciá-lo, e sobretudo, para afirmar essa bibliografia insubordinada, que ousa ser *apagada* dos arquivos oficiais.

Por isto, acredito que as relações étnico-raciais não sejam apenas um elemento pontual e subalterno, mas que se faz presente hoje, no amanhã e sempre. Portanto, a voz que se ergue neste artigo está carregada de denúncia, de política, de raiva, de ódio, mas também de amor, afeto, desejo e esperança. É uma narrativa que cria. Que almeja a



invenção. Bem como, almeja a transformação deste sistema<sup>2</sup> no qual estamos imersos, uma vez que, o pensamento construído por essas e intelectuais negras e negros, constitui um projeto de conhecimento que examina a produção intelectual e tensiona o sistema.

Como afirma Alice Walker, um povo não descarta seus gênios e se vier a descartá-los, é nosso dever, como artistas, acadêmicas e pessoas que dão testemunho ao futuro, recuperá-los osso por osso se for preciso. Haja vista que suprimir os conhecimentos produzidos por grupos que são e foram historicamente oprimidos facilita o exercício do poder por parte dos grupos dominantes, “pois a aparente falta de dissenso sugere que os grupos subordinados colaboram voluntariamente para essa sua própria vitimização” (COLLINS, 2019a, p. 32).

Portanto, é mais do que necessário pontuarmos que a invisibilidade da produção do saber de corpos negros<sup>3</sup> tem sido decisiva para a manutenção de desigualdades sociais. E enfrentar essa realidade dói, porém é necessária. Por mais que lembrar traga dor, mas também é preciso que entendamos que a lembrança também é um caminho para libertação, embora se perceba que a linguagem é insuficiente para dar conta de vivências tão trágicas e traumáticas como as do racismo. Por isto, como nos ensinou Audre Lorde (2019) permanecendo ou não em silêncio é preciso lembrarmos que o silêncio ainda é mais mortal. Logo, se faz necessário falar e testemunhar, de modo que, o testemunho vai além da simples quebra do silêncio, vai além da denúncia, ou da queixa catártica. É sobretudo, um modo de expressão que começa a criar memórias, valores, e outros pontos de vista.

Desta forma, uma criação que confronta uma realidade por mais dolorosa ou absurda que seja se faz necessário, e romper o silêncio talvez seja o primeiro passo. Porém, a partir daí, o que dizer? Denunciar é preciso. Entretanto, denunciar não basta. É preciso afirmar e reafirmar o ser, a identidade, os modos de subjetivação que almejamos

---

<sup>2</sup> Utilizo “sistema” ao invés de sistema como forma de apontar que a cisnormatividade constitui um eixo de naturalização dos modos de organização e regulação do gênero que é atravessado e regulado pelos marcadores de raça e classe que se encontram imerso nas relações de poder e saber, determinando e validando certos corpos e narrativas em detrimento de outras.

<sup>3</sup> Você verá que no decorrer deste artigo falarei em corpos negros. Entendo que essa expressão possa causar inúmeros sentimentos, dentre eles a estranheza. No entanto, neste trabalho a noção de corpo e corporeidade estão conectadas e relacionadas a ideia de adquirir corpo; dar ou ganhar materialidade; transformar-se em algo concreto, ou seja, em existência.



criar e criar-se. Neste sentido, acredito que recuperar as ideias de pessoas intelectuais negras, como por exemplo, *Virgínia Leone Bicudo*, *Neusa Santos Souza*, *Isildinha Baptista Nogueira*, *Maria Aparecida Silva Bento* faz com que possamos vislumbrar possibilidades, mesmo em dias de impossibilidades, posto que, são vozes, conhecimentos e rotas que nos mostram que há vida mesmo onde existe a morte.

O legado dessas autoras e de outras e outros intelectuais negros e negras são ardentes. São chamadas que já não se podem mais esconder, afinal, mesmo rompidos, permaneceremos no processo de subversão e de transgressão em busca de outros efeitos, outras rotas e caminhos, pois, nossos passos vêm de longe. Sendo assim, resgatar suas histórias, narrativas, vozes, pensamentos e conhecimentos, implica descobrir, reinterpretar e, em muitos casos, analisar o trabalho de pensadoras negras tão necessárias e extraordinárias que conseguiram ter suas ideias preservadas. Como também, implica nos *localizar* para *demarkar* os atravessamentos que essas obras produziram em nós, e que não foram reconhecidas e divulgadas amplamente no campo da Psicologia, mas que agora eu e tantos outros fazemos uso delas com um instrumento político, ético e de produções de utopias possíveis.

*Uma ideologia de libertação deve encontrar sua experiência em nós mesmos: ela não pode ser externa a nós e imposta por outros que não nós próprios, deve ser derivada da nossa experiência histórica e cultural particular. Então porque não abandonar as reproduções de um imperialismo que massacra não só os povos do continente, mas de muitas outras partes do mundo e reafirma a particularidade da nossa experiência na América como um todo, sem nunca perder a consciência da nossa dívida e dos profundos laços que temos com a África? (GONZÁLES, 2020, p. 137, grifo nosso).*

Talvez para que possamos ressignificar, bem como, construir um entendimento de nossa realidade cabe aqui a *recusa*. Ou seja, a recusa de produções e reproduções de um imperialismo que massacra. A recusa de tudo que nos aprisionou e ainda nos aprisiona. A recusa de que somos corpos abjetos e objetos. Por isto, escrevemos e insistimos escrever porque existimos. Afinal, recusamos viver numa guerra forjada contra a nós. Guerra essa que provoca dor, desgraça, silêncios e sangue. Sangue que escorre pelos rios, asfaltos e terras. Assim como recusamos a afirmação de que somos



frutos da dor. Por isto, recusamos o instituído para aprender a desaprender o que foi imposto sob os moldes da violência, apagamento e silenciamento.

Como afirma Milton Santos (1978) o espaço é o acúmulo de tempos desiguais. Tempos estes que se arquitetam e que são organizados pelo cis-tema do colonialismo e da colonialidade. Portanto, os traumas e as feridas coloniais não foram eliminados. Dizer, “que nossos passos vêm de longe significa pensar os enfrentamentos a esses traumas, feridas e sofrimentos psíquicos, que impactam a vida da população negra, como inerentes à violência colonial” (OLIVEIRA, 2020, p. 105). Logo, nossa luta tem como finalidade produzir a vida, derrubar as hierarquias instituídas por aqueles que se acostumaram a vencer sem ter razão, tendo a “violência absoluta”, nesse labor, uma função desintoxicadora e instituinte (MBEMBE, 2011; Lima, 2020).

### **DESAPRENDENDO PARA APRENDER E APREENDER COM OS NOSSOS: NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE**

Num determinado período eu aprendi que para ser intelectual era preciso ter cara de intelectual. Era preciso ter lido e citar os cânones do saber. Assim como teríamos que seguir uma norma, ter um tom de voz, agir de tal modo, adotar determinadas vestimentas, assim por diante. No entanto, ter como referência a lógica que aqui estou chamando de aprender para desaprender, é justamente possibilitar outras compreensões e formatos de intelectualidade(s), é aprender com aqueles e aquelas que não pudemos ter a oportunidade de ler, estudar, e escutar durante os processos de formação ou qualquer outro momento de nossa existência.

Nesta busca incessante em desaprender para aprender, é possível afirmar que temos muito o que aprender com aqueles e aquelas que foram violentados/as pelo sistema da colonialidade, assim como, com as vozes que tentaram abafar, mas que ainda ecoam ou que estão parados no ar. Neste sentido, se faz necessário aprender com os nossos para desaprender aquilo que aprendemos e que nos fere, machuca, e consequentemente nega a nossa existência.

Desta forma, como exposto anteriormente escrevo este artigo pensando numa Psicologia que possa ensinar e construir uma história de uma maneira diferente, e que



possa abandonar velhos mitos da supremacia branca, e que possa lutar contra toda forma de violência, e contra a normalidade brasileira, isto é, o *racismo*. Nesta perspectiva, pensar a intelectualidade e o fazer acadêmico da população negra no ocidente, também, é pensar sobre a colonialidade do saber e poder, bem como, sobre a branquitude nesses espaços e seus desdobramentos em tal campo.

E, é a partir dessa concepção historicamente constituída, segundo uma *herança* racista, eurocêntrica, estadunidense, e escravista, que o corpo negro ocidental acaba por ser forjado enquanto um corpo sem mente, sendo está uma representação que mesmo na contemporaneidade acaba por perpetuar o seu lugar na sociedade (hooks, 1995).

Por exemplo, os espaços acadêmicos e de intelectualidade são negados às mulheres negras desde suas infâncias, confinando-as em uma posição servil dentro da sociedade, as quais se mostram próximas àquelas estabelecidas durante o período de escravização (hooks, 1995; Gonzales, 2020; Pinn, 2019). Posto que, o espaço acadêmico foi e ainda é um território mantido e dominado majoritariamente por pessoas brancas, sobretudo, homens cisgêneros brancos, no qual a população negra encontra-se relegada não raro a posições subalternas. Mas, como apontei acima, recusamos está afirmação, desaprender para aprender é também aprender cicatrizar as férias coloniais que deixam marcas em nossos corpos e histórias, afinal, toda linguagem é epistêmica. Nossa linguagem deve contribuir para o entendimento de nossa realidade, bem como nos ensinou Molefi Kete Ansante.

Por isso, fazendo alusão a obra de Steve Biko, líder negro sul-africano que foi assassinado em 12/09/1977 pela polícia racista do apartheid, “*Escrevo o que eu quero*” (1978/1990) para que possamos almejar, bem como, co-construir uma nova forma de se pensar uma Psicologia anticolonial. Assim, como, para se pensar uma nova forma de ser negro no mundo. Para isto, é preciso e necessário que possamos falar, afinal, falar é um ato de libertação, de autonomia, em suma falar também é um ato político.

A trajetória de Biko, sua vida e seus escritos serviram de inspiração não apenas para a resistência contra o *apartheid*, mas para a luta antirracista e colonial em todo o mundo. Assim como Biko, bell hooks (2013b) também nos ensinou a significar e positivar a nossa história. A autora em *Ensinando a transgredir* nos conta sobre um poema de Adrienne Rich, chamado “Queimar papel em vez de crianças”, o poema





abordava o racismo, a dominação, e opressão de classe. Contudo, uma frase que perturbou e comoveu algo dentro dela foi: “*Esta é a língua do opressor, mas preciso dela para falar com você*”, assim, como hooks, eu nunca esqueci esta frase desde que tive contato por meio da obra ensinando a transgredir. É preciso sempre lembrarmos que as palavras se impõem, lançam raízes na nossa memória contra a nossa vontade dizia a autora. Logo por mais que tentamos esquecer, não esquecemos.

hooks (2013b) diz que não é a língua inglesa que machuca, mas o que os opressores fazem com ela, como eles a moldam para transformá-la num território que limita e define, como a tornaram uma arma capaz de envergonhar, humilhar e colonizar. Uma língua que oculta e mascarará outros idiomas, modos de ser e estar.

Aprender o inglês, aprender a falar a língua estrangeira, foi um modo pelo qual os africanos escravizados começaram a recuperar seu poder pessoal dentro de um contexto de dominação. De posse de uma língua comum, os negros puderam encontrar de novo um modo para construir a comunidade e um meio para criar a solidariedade política necessária para resistir (hooks, 2013b, p. 226).

Embora precisemos da língua do opressor para falar, nós a reinventamos e refizemos essa língua para que pudéssemos falar para além das fronteiras da conquista e dominação. Haja vista que essa mesma língua que agora possibilita fazer e significar novos caminhos e percursos, é a mesma que nos faz crer que não há dignidade na experiência de nossas vivências, na experiência dos sentimentos e das emoções, posto que sentir corresponderia a marca da inferioridade, do fracasso, logo da não razão. Então, incapaz de encontrarmos subsídios, pertencimento e existência na lógica colonial, é que muitas vezes em diversos contextos criamos uma fala subversiva, fragmentada, despedaçada e sem regras.

Quando preciso dizer palavras que não se limitam a simplesmente espelhar a realidade dominante ou se referir a ela, falo o vernáculo negro. Aí, nesse lugar, obrigamos o inglês, a fazer o que queremos que ele faça; tomamos a linguagem do opressor e voltamo-la contra si mesmo. *Fazemos das nossas palavras uma fala contra hegemônica, libertando-se por meio da língua* (hooks 2013b, p. 233, grifo nosso).



Como por exemplo, a intelectual Virgínia Leone Bicudo, no qual, a autora produziu rupturas no modo de produção de saber, mesmo dançando conforme a música colonial, pois, mesmo que a iniciativa da autora fosse de conhecer como a realidade social poderia afetar a subjetividade de negros e mulatos já correspondia, em si mesmo, a um movimento de notável superação do que aqui se concebia como psicanálise na época. Na verdade, há uma ousadia interessante em sua determinação de uso do método psicanalítico numa pesquisa que hoje seria considerada qualitativa.

É por isso que nossos passos vêm de longe e transforma mundos exigindo de todos e todas nós uma tomada de consciência, uma ética e responsabilidade com as vidas, com os sujeitos e os processos subjetivos.

Se o futuro está para ser moldado e o presente é colapso, esgotar o que existe é a condição de abertura dos portões do impossível” (Mombaça, 2019, p. 113). Urge que se esgotem as construções de subjetividades sedimentadas na hegemonia branca, portanto lugar de violência. Caso contrário, o que nos sobra é o assombro desses dias de um tempo presente-passado (LIMA, 2020, p. 91).

### **O QUE PODE ESTE “SUBALTERNIZADO” FALAR SOBRE PSICOLOGIA?**

O que é ser um subalterno? Subalterno tem voz? Subalterno tem história? Gayatri Chakravorty Spivak (24 de fevereiro de 1942, Calcutá) pergunta: Pode um subalterno falar? Autora é considerada, conjuntamente com, Frantz Fanon, Edward Said e Homi Bhabha, uma importante representante da produção teórica contra-colonial e é, ao mesmo tempo, uma crítica feminista relevante, em termos de sua influência na produção intelectual em escala global. Nascida em Calcutta no início da década de 1940, poucos anos antes que a Índia adquirisse independência do Império Britânico, Spivak estudou literatura inglesa e bengali na Universidade de Calcutta, sobretudo, o que nomeou por Subalterno.

De acordo com a autora um subalterno não pode falar, posto que corpos subalternos não possuem poder estrutural e institucional de fala, ou seja, se sua voz fosse verbalizada não seria escutada ou compreendida pelos que estão no poder. Neste sentido, este corpo oprimido e subalterno não pode falar porque as estruturas da



opressão não permitem que essas vozes sejam escutadas, tampouco, visualizadas. Trago esta reflexão para pensar e problematizar a noção da *fala*.

Uma vez que, Spivak (2010) não está se referindo ao ato da fala em si, isto é, não significa que corpos subalternos não conseguem falar, mas sobre a dificuldade de fala e de escuta dentro de um regime que institui dispositivos e aparelhos de repressão pautados sob e pela lógica do colonialismo e do racismo. É o que pode ser visualizado, por exemplo, no campo da Psicologia, com intelectuais negros e negras que trabalham com a temática das relações raciais. Neste sentido, para Spivak o termo subalterno não se refere apenas a um sinônimo para grupos oprimidos ou “outros”. Os subalternos são vidas, corpos, sujeitos e grupos sem autonomia, submetido a outro grupo social, “não possuindo posição própria legítima e se afastando de uma posição hegemônica, os que não conseguem lugar em um contexto globalizante, capitalista, totalitário e excludente” (Figueiredo, 2010, p. 85).

Apesar de críticas referentes a teoria de Spivak, não está no mérito da discussão neste momento se corpos subalternos podem ou não falar, mas indagar sobre quem possui voz na construção do conhecimento em Psicologia? Quais corpos participaram na construção desta ciência? Quais os efeitos da ausência de alguns corpos e vozes na história da Psicologia? Dois caminhos se delineiam na busca de uma possível resposta.

Para Lino (2015) o primeiro diz respeito ao não reconhecimento de alguns como sujeitos, e não sendo sujeito não há enunciação. O segundo é a manutenção de um certo *status quo*, dito de outro modo, o desejo da imutabilidade do presente. No entanto, sabemos que historicamente a Psicologia se forjou a partir dos princípios coloniais, e que conseqüentemente o reconhecimento supõe reciprocidade, mas no sistema colonial a reciprocidade é inviável, inexistente e impraticável. Posto que, sou um corpo negro, e, conseqüentemente passo a ser considerado mais um objeto no reino das coisas. Não possuo humanidade. Em regra, invisibilidade significa ausência, incapacidade, falta de poder. Todavia, conforme aponta o professor Bernardino-Costa (2016) as coisas não são tão simples assim. Invisibilidade pode ser estrategicamente utilizada como uma posição de poder.

A noção de reconhecimento ou até mesmo a falta dele ocorre a partir de um contexto no qual se estrutura pela lógica da raça, por exemplo, pessoas brancas são



reconhecidas em virtude da branquitude, no entanto, não pensadas em termos raciais, afinal, relações raciais é um problema do outro. Pois, o que é humano logo universal é o corpo branco. Logo, não estou solicitando reconhecimento ao branco, mas pontuando os efeitos destes processos no fazer e no entendimento do que é Psicologia, afinal: o que é nomeado como verdade, conhecimento e saber? E quem teve que perder a voz para que essas verdades, conhecimentos e saberes se tornassem “verdade”? Qual conhecimento é reconhecido como conhecimento? E quais conhecimentos não são reconhecidos como conhecimentos? Quais conhecimentos, linguagens e saberes estão circulando nos cursos de Psicologia no contexto brasileiro? Quem pode ensinar conhecimento, e quem não pode? Quem está no centro? E quem permanece fora, nas margens?

Inspirado em Grada Kilomba (2019) faço usos destes questionamentos para demarcar que ao falar sobre centro estou me referindo ao centro acadêmico, e este centro não é um local neutro. Este centro possui uma raça, classe e sobretudo um gênero em especial. Ele é um espaço branco onde o espaço de fala por séculos se apresentou como branco, e, conseqüentemente negado para diferentes pessoas, sobretudo, para pessoas negras.

De acordo com a história, esse espaço refere-se a um local onde acadêmicos/as brancos têm desenvolvido narrativas, saberes, conhecimentos e epistemologias sobre corpos subalternos, ou seja, este é o espaço onde corpos subalternos tendem a estar sem voz, e, por sua vez, corpos brancos (a dita norma) têm desenvolvido discursos teóricos que formalmente construíram corpos subalternos como inferiores, incapazes, e por sua vez na categoria dos “outros”, e conseqüentemente colocando pessoas africanas e pessoas negras da diáspora em subordinação absoluta ao sujeito branco.

Neste espaço que é representado socialmente e politicamente como espaço do saber e do progresso, temos sido descritos/as, classificados/as, desumanizados/as, primitivizados/as, brutalizados/as e mortos/as (Kilomba, 2019). Logo, este espaço não é neutro. Ironias ou não, este espaço foi construído por mãos pretas e pobres, mas que dentro destas estruturas, destes espaços, das salas de aula, estas mãos pretas e pobres pouco se fazem presentes.

Dentro dessas salas fomos feitos/as “objetos de discursos estéticos e culturais predominantemente brancos” (Hall, 1992, p. 252, apud Kilomba, 2019, p. 74). Por conta



de um sistema racista e colonialista, corpos negros e outros corpos subalternos têm sido sistematicamente desqualificados, considerados inválidos, incapazes, faltantes, ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tornam-se “especialistas” na cultura negra.

Então, a academia vai se tornando não mais o espaço do conhecimento, da sabedoria, do progresso e pertencimento, mas sim o *espaço da violência*, do apagamento, silenciamento e extermínio, conseqüentemente, determina-se quem pode falar, e sobre o que se pode falar. Considerando que boa parte do que consideramos por conhecimento é colonizado, Staeuble (2007, p. 90) apud Kilomba (2019, p. 53) o colonialismo não apenas significou a determinação da autoridade “ocidental sobre terras indígenas, modos indígenas de produção, leis e governos indígenas, mas também a imposição da autoridade ocidental sobre todos os aspectos dos saberes, línguas e culturas indígenas”. A colonização não é inclusão é violência.

Qualquer forma de saber que difere do que é considerado “saber” no viés americano-eurocêntrico é rejeitado, posto como a-científico, ou enquadrado por “subjetivo demais”. Sendo assim, a academia é um centro e um espaço de interesses, de manutenção de poderes, vidas, vozes, saberes e sobretudo, de interesses políticos específicos da sociedade branca.

No entanto, corpos ditos subalternos existem e resistem nestes espaços, e, talvez uma das diversas diferenças entre os corpos subalternos e os corpos hegemônicos é que os primeiros corpos escrevem e se constituem na *periferia*, e não no centro. Esta periferia também é o lugar de onde se constitui as teorias, as falas, os saberes e os discursos, por exemplo, o discurso das/os intelectuais negras/os surge, então, frequentemente como um discurso lírico e teórico que transgride a linguagem do academicismo clássico (KILOMBA, 2019).

Neste sentido, a capacidade que os corpos brancos têm de se mover livremente nos espaços acadêmicos resulta do fato de eles estarem sempre “no lugar”, ou seja, na não marcação da branquitude. Por outro lado, a negritude é significada pela marcação. Lembro-me quando entrei no curso de Psicologia (aluno negro e cotista social), naquele momento, eu não estava no centro, mas na margem. Ingressei no curso depois de um mês e meio de aula, e me lembro do quão inseguro eu estava: com qual roupa eu devia



ir? Eu tinha uma roupa adequada para estar naquele espaço? O que eles poderiam achar de mim? Eu aparentava ter boa aparência?

Naquela manhã de segunda-feira coloquei a minha melhor roupa, e fui para a Universidade, chegando no bloco de Psicologia, por coincidência ou não, encontro outra aluna cotista que também estava ingressando naquele dia. Ela, mulher e branca, eu homem e negro. Caminhamos até o bloco, e ao entrarmos na sala de aula, um aluno diz “Ah, você é o cotista que entrou por cotas sociais né”. Interessante este dado, pois, na época 2010 não havia cotas raciais na Universidade em questão, apenas cotas sociais.

O que levou este aluno a formular esta ideia? Inclusive eu não sou “aluno”, mas sim “cotista”. Em outras palavras, porque este aluno branco proferiu com tamanha convecção que o “cotista” corresponderia a minha pessoa. Naquele momento fui marcado como diferente: o cotista. Por mais que eu estivesse com a minha melhor roupa, ou tentasse me adequar eu continuaria sendo um *estrangeiro* em um espaço que me era de direito. Estrangeiro, pois o mundo em que habitava como acadêmico é um mundo branco, conseqüentemente passa ser um estrangeiro de dentro, ou seja, “neste mundo branco eu sou o peixe de água doce nadando na água do mar. Eu sinto o peso da água no meu corpo” (Nketo Simmonds, 1997, p. 227, apud Collins, 2019b, p. 66).

Patricia Hill Collins (2016) ao apresentar o conceito de *outsider within*<sup>4</sup> a autora, demarca o local atribuído a população negra, sobretudo as mulheres afro-americanas. Posto que, são corpos que se encontram fora e dentro de um sistema, ou seja, passam a ser estrangeiras, marginalizadas e alocadas nas fronteiras, sobretudo, ocupando lugares desiguais nas relações sociais.

Tendo como referência esta lógica do sistema colonial Virgínia Leone Bicudo, Neusa Santos Souza, Isildinha Baptista Nogueira, Maria Aparecida Silva Bento e tantas outras intelectuais ao mesmo tempo que são mulheres negras, produtoras de conhecimento, são silenciadas, desvalorizadas, desqualificadas, isto é, não são consideradas como produtoras do conhecimento por completo. Favorecendo para que o corpo negro na Psicologia seja um emigrante de um ambiente que não é seu.

---

<sup>4</sup> *Outsider within* não possui tradução e correspondência para o português, no entanto, alguns autores e autoras passaram a nomear *outsider within* como forasteiro de dentro ou estrangeiras de dentro.



No entanto, Collins (2016) afirma que para muitas mulheres intelectuais afro-americanas a “marginalidade” tem sido um estímulo à criatividade. Muitas feministas negras estão abraçando o potencial criativo de seu status de *outsider within* e usando-o de forma sábia. Ao fazê-lo, aproximam-se de si mesmas e associam suas disciplinas à visão humanista implícita de seus trabalhos – isto é, a liberdade tanto de ser diferente como de fazer parte da solidariedade humana.

Como é o caso da subversão dos trabalhos destas e dentre outras autoras e autores, e sobretudo, como é o caso deste artigo. Posto que a reivindicação de humano, bem como a ruptura da marginalidade não será dada. Somos nós que damos. Como Neusa Santos Souza e Isildinha Baptista Nogueira pontuam, tornar-se negro é subversão, é construir uma outra norma, não mais a tentativa de construção de resistência frente ao branco. Mas sim uma reexistência da nossa própria experiência. Através do autoamor. Do amor-próprio. Foi neste processo de tornar-se negro e de exercer a autonomia sobre si mesmo, que passei a não só me visualizar como também a me questionar e falar: Eu posso ser um intelectual.

Mas o que é intelectual? Eu pareço-me com um intelectual? Gomes (2010) através da *noção sociologia das ausências* ajuda-nos a pensarmos sobre aquilo que não existe, posto que para a autora, aquilo que não existe é, na realidade, ativamente produzido como não existente. Nesse sentido, torna-se fundamental e essencial transformar as ausências em presenças, haja vista que nos encontramos inseridos/as em uma realidade produtora de vidas vivíveis e não vivíveis, em outras palavras, passa-se a construir realidades, vidas, conhecimentos e histórias imersas na invisibilidade, isto é, na ausência. Pode-se afirmar que existem estruturas que determinam produção que vão existir, e, produções que não vão existir, que serão desqualificadas, e, conseqüentemente tornando-as invisíveis, ininteligível e descartáveis.

No entanto, ao *tornar-se negro* pude não só me ver, mas sobretudo, entender o que é a categoria intelectual. Portanto, ao adotar como foco deste estudo as produções de intelectuais negras e negros na Psicologia e seus impactos na ciência também tenho como objetivo fazer emergir o protagonismo, e a importância destas autoras e autores para Psicologia, sobretudo, para uma Psicologia compromissada eticamente com uma sociedade antirracista e com a transformação social. Haja vista que, os saberes ditos



científicos, os projetos educacionais, os currículos e as políticas educacionais têm dificuldade de reconhecer esses e outros saberes produzidos por estas autoras negras, bem como, pelo próprio movimento negro, pelos setores populares e pelos grupos sociais não hegemônico.

Neste sentido, é possível verificar que a educação marcada e estruturada pela lógica da racionalidade científico-instrumental apaga diferentes saberes, ou seja, transforma saberes não hegemônicos em não existência, ou seja, em ausências (Gomes, 2017). Esta mesma lógica científica-instrumental que por vezes pontua a educação como mediadora e instrumento de humanização (para quem?), se faz presente nos saberes da Psicologia. Contudo, é cabível educar para diversidade em uma sociedade marcada pelo colonialismo, patriarcado, capitalismo, machismo, sexismo e pelo racismo? Se sobretudo, intelectuais negras e negros por décadas encontram-se realizando um trabalho árduo de resignificação e reeducação qual papel elas e eles ocupam na sociedade, e consequentemente na educação, ciência e Psicologia? Qual tem sido o lugar ocupado por esses saberes no cotidiano de psicólogos e psicólogas, dos currículos e das políticas educacionais no século XXI?

Como foi pontuado anteriormente é de suma importância lembrarmos que a inserção de negros e negras no campo da pesquisa científica e da produção do conhecimento não mais como objetos de estudo, e sim como sujeitos que possuem e produzem conhecimento faz parte da história das lutas sociais em prol do direito à educação, e ao conhecimento, assim como do combate as formas de violências produzidas pelo racismo (GOMES, 2010).

As inserções destas e destes intelectuais produziram tensionamentos e questionamentos acerca da monocultura do saber, contribuindo para construção de espaços plurais e de saberes que visem a pluralidade, contudo, tal processo se dá em um contexto de luta contra uma monocultura do saber não apenas no campo teórico, mas na prática constante dos processos de investigação. Haja vista que, esses autores e autoras não se configuram apenas como pesquisadores e pesquisadoras que atuam no meio acadêmico, mas são *intelectuais* que produzem conhecimento que tem como objetivo dar visibilidade a subjetividades, desigualdades, silenciamentos e omissões em relação a determinados grupos sociorraciais e suas vivências. Para isso, configuram-se muitas





vezes como um coletivo, organizam-se e criam associações científicas a fim de mapear, problematizar, analisar e produzir conhecimento<sup>5</sup>.

Estas e estes intelectuais, apontam que não há como hierarquizar desigualdades, posto que, toda e qualquer forma de desigualdade precisa ser superada, com isto, estes e estas intelectuais desafiam a ciência a entender as imbricações das dimensões socioeconômicas, culturais e políticas e não de hierarquizá-las. Como afirma Gomes (2010) o papel dessas e desses intelectuais negros tem sido o de indagar, desestabilizar e tensionar a produção do conhecimento acadêmico e o lugar ocupado pelo outro pelo diferente e pelas diferenças. Ao realizar essa indagação pode-se afirmar que esses/as intelectuais se colocam como sujeitos coletivos e políticos que questionam a relação ente a universidade, sociedade, ciência, a produção, e a distribuição desigual do conhecimento na sociedade.

Torna-se um espaço de guerra, combate e de luta, pois enquanto os ditos cientistas de verdade estão produzindo ciência, intelectuais negros e negras não só produzem conhecimento, mas também se inserem politicamente na luta antirracista e desafiam a universidade e os órgãos do Estado a implementarem políticas de ações afirmativas. Nesta perspectiva, esses espaços tornaram-se espaços de disputa teórica e política. Uma vez que, não podemos nos esquecer que neste mesmo espaço de construção dos saberes que os homens do bem e homens de ciência ajudaram a produzir as pseudociências raciais, que não aquele momento histórico pontuava e afirmava que havia supostamente uma raça superior e inferior. A ciência, a Psicologia e dentre outros saberes serviram naquele momento como instrumento de dominação, discriminação e racismo e a universidade foi o principal espaço de divulgação dessas ideias e práticas.

Apesar de que intelectuais negros e não negros desmitificaram essas teorias, mas isso não isenta os prejuízos sociais, e o imaginário racista que essas teorias produziram e reproduziram. No entanto, é de suma importância pontuar que existem diferentes formas e modos de ser um intelectual negro ou uma intelectual negra. Como também, nem todos e todas são partícipes de pensamento e produções emancipatórias. Há intelectuais que nutrem ideias e pensamentos conservadores, há aqueles/as que não. Há

---

<sup>5</sup> Como é o caso da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN).



aqueles/as que nutrem uma relação com os movimentos sociais, sobretudo, com o movimento negro, há outros que não.

Não somos homogêneos. Ou um corpo só. Somos corpos diversos e particulares. Há diferenças de gênero e sexualidades no que diz respeito ser intelectual, ou seja, considerar essas diferenças e singularidades no contexto científico, é considerar a não universalização dos corpos, bem como a liberdade de expressão e a pluralidade de ideias, corpos, pensamentos, produção de conhecimento, vidas e de expressão de ser e estar.

bell hooks diz:

Nos círculos políticos progressistas o trabalho dos intelectuais raramente é reconhecido como uma forma de ativismo, na verdade, expressões mais visíveis de ativismo concreto são consideradas mais importantes para a luta revolucionária do que para o trabalho mental. É essa desvalorização do trabalho intelectual que muitas vezes torna difícil para indivíduos que vêm de grupos marginalizados considerarem importante o trabalho intelectual, isto é, uma atividade útil (hooks, 1995, p. 465).

Intelectuais negros e negras são também aqueles e aquelas que indaga a ciência por dentro e problematiza conceitos, categorias, teorias e metodologias clássicas que, na sua produção, esvaziam a riqueza e a problemática racial ou transformam raça em mera categoria analítica retirando-lhe o seu caráter de construção social, cultural e política. Para além disso, ser intelectual negro e negra é aquele e aquela que coloca em diálogo com a ciência moderna os conhecimentos produzidos na vivência étnico-racial da comunidade negra.

Sendo assim, um dos maiores desafios das intelectuais negras e negros que assim se posiciona em relação as questões raciais, talvez seja sua capacidade coragem de romper com estruturas opressoras, de construir novas categorias analíticas e literárias através da criação. Isso o impele a não somente incorporar a língua e as categorias colonizadoras ou hegemônicas, mas problematizá-las e apontar os seus limites. “Com essa atitude, o/a intelectual negro/a assume a sua própria voz, a sua fala, a sua cultura e a do seu grupo étnico-racial” (Gomes, 2010, 505).

Em outras palavras, significa ser contra hegemônico nas ciências numa intensa e difícil relação de visibilidade-invisibilidade, inclusão-exclusão, a fim de explicitar



pluralidade interna dessa mesma ciência e não a sua homogeneidade. Desta forma, este corpo intelectual não é um porta-voz, mas um sujeito que explicita o seu pertencimento a um grupo historicamente excluído do lugar de produtor da ciência e que carrega esse mesmo grupo na sua voz, no seu corpo, na forma de ler, interpretar e produzir conhecimento.

Nesta perspectiva, instala-se um desafio: Entender a ciência requer entendê-la sob a ótica do poder, da classe, raça, gênero e racismo. Pois, o espaço da universidade é um espaço marcado pelas relações de poder, portanto, mexer nas estruturas internas da universidade é deslocar focos de poder do lugar (Gomes, 2010). Haja vista que, nem sempre os instrumentos metodológicos e as tradicionais categorias de análise construídas sob a égide da lógica da racionalidade ocidental moderna tão conta de interpretar a complexidade de expressões e vivências afro-brasileiras. Tal situação impele esse grupo de intelectuais a conhecer o cânone e as teorizações sobre relações raciais por ele já realizadas e produzir outros conhecimentos, outras teorias e metodologias que possibilitem um outro tipo de análise mais aprofundada sobre a complexidade da dimensão étnico-racial brasileira e latino-americana sob o ponto de vista dos próprios negros/as.

Trata-se, portanto, de uma luta semântica no interior da própria ciência, assim como os Movimentos Negros os fazem no contexto da política e das representações sobre relações raciais, não é por acaso que estamos diante do desafio da produção de um conhecimento sobre as relações raciais feita pelo negro e não sobre o negro ou para o negro, como tem sido a tradição ocidental. Por isto, se faz necessário e urgente recordar para elaborar e não mais repetirmos os mesmos erros do passado atualizados no contemporâneo.

### **DÓI SABER QUE AINDA HÁ SANGUE NA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA.**

Ao ignorar o passado somos incentivados a repetir os erros coloniais. Neste horizonte é de suma importância apontarmos que no início do século XX a Psicologia foi amplamente associada à medicina e à educação, e conseqüentemente o conceito de raça esteve presente como um elemento fundamental para demarcar a diferenciação



entre os povos brancos (superiores/normais) e os povos negros (inferiores/anormais). Teorias com base no evolucionismo e darwinismo social também influenciaram os saberes e práticas psicológicas, a partir destas teorias fora possível apontar a raça como sendo um dos principais fatores da diferença entre os seres humanos, ou seja, entre brancos e negros (OLIVEIRA, NASCIMENTO, 2018).

Segundo, Santos, Schucman e Martins (2012) os trabalhos do médico Raimundo Nina Rodrigues e da denominada Escola Baiana de Antropologia ou Escola Nina Rodrigues possibilitaram a formulação de um modelo psicofísico de explicação sobre as deficiências do negro brasileiro e sobre as consequências sociais da manutenção do convívio com essa raça. “Tal discussão teve continuidade no início do século XX pelas mãos de alguns dos seus discípulos, como Arthur Ramos, Juliano Moreira e Afrânio Peixoto” (SANTOS; SCHUCMAN; MARTINS, 2012, p. 169).

Portanto, os saberes da Psicologia, Medicina e Psiquiatria contribuíram para incidência e prevalência de diversos tipos de “doenças mentais”. No qual, em sua grande parte, pode-se afirmar que eram homens e mulheres negras os quais recebiam inúmeros diagnósticos de doenças mentais toxinfeciosas, como sífilis e o alcoolismo. Sendo assim, a ciência psicológica apoiada pela lógica da política à vida, contribuiu e favoreceu para o adoecimento e quiçá para extermínio da população negra. Haja vista que através de teorias e saberes racistas houve a produção de vidas vivíveis e vidas não-vivíveis, isto é, o racismo exerceria a separação de quem pode viver e quem pode morrer, logo a morte de uns favorece a sobrevivência de outros. Afinal era preciso destruir aquela população que representa perigo e ameaça para que assim a sociedade (Brasileira) pudesse se desenvolver harmonicamente, sob ordem e progresso e para isto, diversos saberes tornaram-se dispositivos do Estado para tal fim, e um desses dispositivos pode-se pensar o saber psicológico psicométrico.

A partir da década de 1930 e 1940, o debate sobre raça não só se intensificaria no campo dos saberes psicológicos, como se passou a vislumbrar a possibilidade da construção dos primeiros cursos acadêmicos que tratam de Psicologia Social. Nomes como “Raul Briquet, Arthur Ramos, Donald Pierson, Virginia Leone Bicudo, Aniela Ginsberg e Dante Moreira Leite estão entre os principais estudiosos desse campo no período de 1930 até 1950” (SANTOS; SCHUCMAN; MARTINS, 2012, p.169).



Apresentando, portanto, algumas percepções de denúncias frente ao contexto da época, ou seja, os estudos de Psicologia e de Psicologia diferencial realizados pelos diferentes pesquisadores nas décadas de 1940 e 1950 foram fundamentais para desconstruir a visão determinista biológica das raças que prevalecia na Psicologia até então e para mostrar que é na interação dos indivíduos com os grupos e com a sociedade que as diferenças podem transformar-se em desigualdades.

No dia 27 de agosto de 1962, foi promulgado a Lei nº 4.119 que dispõe sobre os cursos de formação em psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo e psicóloga, e conseqüentemente a partir desta data verifica-se a existência de movimentos negros de psicólogos e psicólogas passam a cobrar da Psicologia uma postura crítica e a prestar conta das lacunas em sua produção no que tange os estudos das relações raciais. Posto que historicamente a Psicologia brasileira posicionou-se como cúmplice do racismo, isto é, produzindo e reproduzindo conhecimentos que legitimasse o racismo, bem como, validando cientificamente estereótipos infundados por meio de teorias eurocêntricas discriminatórias (OLIVEIRA; BALIEIRO; SANTOS, 2020, 2020).

E neste contexto, podemos observar que a formação e a atuação se restringiam (por vezes ainda se restringe) há uma visão “moral” ou “médica” da saúde. Era preciso ajustar o desajustado, bem como, os corpos carentes, posto que, tais tipos de intervenções, foram fundamentais para amparar o regime ditatorial da época, e, ainda hoje, práticas com o viés cientificista, continuam promovendo exclusões sociais (Coimbra, 2004).

Desta forma a Psicologia formava: *Psicólogos e Psicólogas Guardiões da Ordem*, uma vez que: A ordem, a lei e a família precisavam ser restauradas, pela análise *psi*, pela internação ou pela força policial. Coimbra (1995) chama a esses especialistas *guardiões da ordem*. Enquanto faziam apenas o seu trabalho, resguardavam os interesses do capital estrangeiro em manter sob controle mais um país da América Latina.

Pois bem, assim a Psicologia brasileira se estruturou por um discurso da neutralidade, e sobretudo, a constituição e afirmação de que o “homem” se autodetermina e se autodesenvolve, isto é, a ideia de uma pessoa apriorística que teria seu desenvolvimento previsto pela sua própria condição de sujeito (Bock, 1999). Logo,



este “homem” encontra-se inserido em um contexto que independe da sua existência, uma vez que este “homem” já nasce pronto, em outras palavras, o sujeito carrega em si a sua própria essência.

Apoiando-se nas indagações realizadas por Santana, Daltro, Castelarm (2018), é possível nos perguntarmos: Em que medida a presença ou ausência do tema das relações raciais na formação acadêmica impactam a prática profissional de psicólogas brancas? Quais ações na formação podem ser adotadas com vistas a sensibilizar uma profissão de maioria branca e que invisibiliza discussões relativas às relações raciais, relações de poder e o sofrimento psíquico oriundo do racismo?

Mesmo quando a Psicologia se propõe, ou se propôs a criticar o seu próprio campo teórico, epistemológico, metodológico e prático, não raro, o desencontro com a temática étnico-racial se fez presente. “Tal como podemos ver nos movimentos que instituem o campo da psicologia escolar crítica (Patto, 1987; 1999) e da psicologia institucional” (FERNANDES, ROZENOWICZ, FREITAS, & FERREIRA, 2003; GUIRADO, 2009, *apud* OLIVEIRA; BALIEIRO; SANTOS, 2020, P. 97).

Portanto, algumas práticas revestidas de neutralidade e até mesmo de criticidade, muitas vezes, ainda perpetuam a discriminação que se estende há séculos. Principalmente quando pensamos nas crianças e adolescentes negras e negros nas escolas que têm seus destinos traçados por meio da emissão de diagnósticos, feitos por profissionais da Psicologia, atestando deficiências intelectuais, transtornos de conduta e outras “patologias” que eram – e para muitos profissionais ainda são – exclusivas da população negra (ESPINHA, 2017).

Sendo assim, pode-se afirmar que desconsiderar temas como racismo, desigualdade e exclusão é perpetuar a violência contra quem sofre com isso, e conseqüentemente, também nos é possível pontuar que há um caráter nas sociedades ocidentais que tem enraizado, tanto nas consciências dos dominados como nas dos dominadores, sofisticados mecanismos automáticos de controle e submissão, que dispensam os instrumentos que permitam a negociação propriamente grupal (MOORE, 2007).

Como é o caso da sociedade brasileira, que de modo geral, considera-se pacífica e ordeira, justamente pelo fato de não levar em conta os diversos tipos de desigualdades,



o racismo, a intolerância, a corrupção e o sexismo como formas de violências. Com isso, a produção de discursos sobre a própria violência é violenta, já que ignora que o lugar efetivo de sua produção é a estrutura social (Chauí, 2000).

Deste modo, se tais violências no Brasil são estruturais, as discussões a respeito delas necessitam ser centrais na formação em Psicologia, é mais do que preciso descolonizar esse e tantos outros saberes. E aqui cabe pontuar que descolonizar exige que formemos conceitualmente, politicamente, epistemologicamente, subjetivamente os psicólogos e psicólogas que estão nos campos de atuações, que, também colonizados, vivem o adoecimento da impossibilidade de ser e acabam por reforçar a cultura assimilada (Oliveira; Balieiro; Santos, 2020).

Segundo a narrativa oficial, as sociedades democráticas são sociedades pacificadas, sendo este o fator que as distingue das sociedades guerreiras. A brutalidade e a violência física teriam sido banidas ou, pelo menos dominadas. Devido ao monopólio da força para benefício do Estado e à interiorização de constrangimentos pelos indivíduos, o corpo a corpo pelo qual se exprimia a violência física na sociedade medieval até ao Renascimento dera lugar à auto inibição, à contenção e à civilidade. *Esta nova forma de governo dos corpos, dos comportamentos e dos afetos levou à pacificação dos espaços sociais* (MBEMBE, 2017, p. 32). Grifos nossos.

A partir desta citação de Mbembe é possível afirmarmos que a compreensão de que a democracia é desprovida de violência, seria uma querela. Uma vez que se tem na história a existência da democracia junto com a escravização, como ocorreu no Brasil. O sistema colonial, e o sistema da democracia estão sempre interligados (Mbembe, 2017; Santos, Oliveira, 2019).

Por isso, acredito ser preciso demarcar que a violência estrutura a lógica do que estamos nomeando por democracia, haja vista que, se refere a uma democracia construída a partir de um imaginário e uma prática de submissão do modo de vida dos indígenas e das populações negro-africanas no Brasil. E, o racismo passa ser uma ferramenta para este regime. Para a estruturação e manutenção do necropoder na medida em que cria zonas territoriais matáveis, saberes matáveis, populações matáveis. Pois então, o que vemos na realidade não é um estado de exceção, mas a regra, como afirma Giorgio Agamben.



Caracterizando então a fabricação de uma parte da população naturalizada a viver fora da rede da vida, ou seja, “é estar sempre a prestar contas à morte, em condições em que a própria morte tende a tornar-se cada vez mais algo de spectral, tanto pelo modo como é vivida como pela maneira como acontece” (Mbembe, 2017, p. 64-65).

Nesta perspectiva, é de suma importância apontar que a violência racial, bem como a política de morte, são paisagens construídas constantemente. Com isto, segundo Santos e Oliveira (2019), não há paz para aquele que vive na política de morte que o tempo inteiro remonta à colônia. A necropolítica produziu uma política de extermínio em que o nascimento é a “*Certidão de óbito*”, não de nascimento. Uma vez que esse país ainda insiste em negar e repetir os erros do passado, bem como, na crença da cordialidade e da democracia racial. Porém se ainda insistem acreditar neste produto da modernidade. Nós gritaremos mais alto. Não mais apenas para sermos escutados, mas porque *existimos*.

Deste modo “o epistemicídio e o genocídio e, portanto, a necropolítica são faces do mesmo processo. É necessário combater a ambos”. (Pessanha; Flor do Nascimento, 2018, p. 26). Uma vez que o poder de matar, é um projeto da colonialidade em transe contra a pele negra (Santos; Oliveira, 2019). Com isto, *a disputa pela vida é uma luta constante*. É diante deste ponto que gostaria de associar a psicologia a necropolítica, uma vez que, a psicologia passa a ser gerida pelo que estou nomeando por modelo de gestão, o qual se estrutura e tem como vias a serem seguidas o apagamento, epistemicídio. Silenciamento de intelectuais negros e negras. Sendo então um instrumento de constituição de subjetividades por meio da operação do controle, silenciamento e apagamento de corpos e de modos de subjetivação.

Assim, os saberes *psis*, a pedagogia, buscam incessantemente capturar subjetividades ditas desviantes e abjetas para colocar em prática a narrativa da promessa de correção e do cuidado, no entanto, o que se pode afirmar diante disto é que há uma estrutura de manutenção, naturalização e produção de necrorelações e de pedagogias da violência. Como pode-se observar durante anos a psicologia como sendo um dispositivo disciplinar e uma via de apagamento e silenciamento.





Parafrazeando Haraway (1995) temos gastado muita *tinta tóxica* e árvores transformadas em papel para tentar falar do racismo, sobretudo, na perspectiva “do negro”, como sendo um problema que atravessasse apenas o corpo negro, bem como reforçando estereótipos e alimentando a manutenção dos lugares sociais. Neste sentido, intelectuais negros e negras do saber *Psi* estavam e estão não só denunciando os efeitos psicossociais do racismo, como também pensando em como trabalhar no que se refere a saúde mental dos corpos negros.

Urge reconhecer esse processo destrutivo, produtor de assimetrias e injustiças – que se perpetuaram nas sociedades marcadas pela violência da colonização –, para além dos aspectos econômicos, apresentados por muito tempo como preponderantes na escalada de autoritarismo a que foram submetidas populações inteiras. Assim, como urge pensar o processo de colonização como elemento que alterou o curso de tantas subjetividades, apropriando-se da riqueza das múltiplas identidades presentes em qualquer coletividade humana (MATTAR, 2020).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Onde estiver, seja lá como for,  
tenha fé porque até no lixão nasce flor  
(Racionais Mc's).

Há 15 anos atrás se alguém me perguntasse: Fale 10 nomes de intelectuais negros ou negras da Psicologia, talvez eu não conseguiria responder. Aliás naquele momento com certeza essa não seria uma questão para muitas pessoas, para as formações em Psicologia, e sobretudo, para muitos psicólogos e psicólogas.

Por mais doloroso que seja corroboro com a fala de Faustino (2020) no qual mesmo com todo este processo de insurgência, há também uma efervescência de publicações sobre racismo, sobre autores e autoras negras e isso tem muito a ver com a presença negra nas universidades, que foi possibilitada pelas ações afirmativas nos últimos anos.

Não é à toa que a universidade (que sempre foi um espaço da elite, sempre foi um espaço consagrado e poupado pelas elites) agora tem sido tão atacada pelos



atuais governantes, pois, de fato, eles sabem que uma parte da população que estava fora começou a entrar e se utilizar desse espaço também como possibilidade de produção de conhecimento insurgente, de construção de outras narrativas (FAUSTINO, 2020, p, 34).

Testemunhar este processo por vezes é angustiante, afinal, desejamos que as mudanças aconteçam “pra ontem”, mas neste processo de testemunhar e de reconstruir outras rotas e vias de existência, nos é possível afirmar, bem como, observar a possibilidade mesmo que muitas vezes precária de existir não mais na zona do não ser, e sim na zona do ser.

Bem como nos lembra Fanon (1968) a descolonização é um processo lento, mas é um movimento que não necessariamente será feito de maneira amigável. É preciso continuarmos caminhando e lutando para produção de desordens produtivas, pois, os projetos são escritos por pessoas, que lançam mão de visões de mundo, teorias e concepções que as impregnam. Faz-se história com isso.

É necessário rever-nos enquanto ciência e profissão, e, para isso, é imprescindível que nos voltemos continuamente à nossa história, pois é a partir dela que decidimos para onde vamos seguir. Por isso, entendo a necessidade de continuarmos na luta para que possamos seguir em rotas invertidas para caminhos possíveis, bem como, almejando novos projetos de ciências e profissões, ou seja, a destruição das aprendizagens e vícios coloniais, para que possamos então aprendemos novos modos de saber, e conseqüentemente, visarmos a construção de um novo lugar para a Psicologia, bem como a construção de uma nova relação da Psicologia com a sociedade.

Falar que nossos passos vêm de longe, talvez seja pontuar e demarcar que não andamos só, ou como afirma um provérbio africano: As pegadas das pessoas que andam juntas nunca se apagam. Desta forma, que possamos continuar andando em busca de sairmos da Grande noite (2019), título que nos provoca e que retoma Fanon quando este nos convoca à emergencial necessidade de sairmos da noite da colonização/descolonização e de tudo aquilo que ela produziu, principalmente a coisificação do negro. Sair da grande noite, também é sair da neutralidade que a ordenança cobra e se perceber opressora. É ouvir novas teorias, com outras



cosmovisões, que subvertem nossas lógicas. É nos dar conta de que isso é um começo para uma mudança mais radical nos processos de formação (ESPINHA, 2017).

Pois, continuaremos na luta. Como Zumbi dos Palmares afirma:  
É chegada a hora de tirar nossa nação das trevas da injustiça racial.  
E agora ouvimos um grito de guerra,  
ao longe divisamos as tochas acesas,  
é a civilização sanguinária que se aproxima.  
Havia a construção de um projeto de extermínio do meu povo.  
Mas não mataram nossos poemas, história e nosso povo.  
Mais forte que todas as forças é a Liberdade...

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

BERNARDINO-COSTA, Joaze. A prece de Frantz Fanon: Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona! *Civitas*, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p. 504-521, jul.-set. 2016. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2016.3.22915>

BIKO, Stive. *Escrevo o que eu quero*. Ática, 1990.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. *Estudos de Psicologia*, 1999, 4(2), 315-329 Evento 315. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/3kb7RpBydsW5QmGZxNGTwbQ/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 07/08/2023.

CHAUÍ, Marilene. *Convite à filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 2000.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. *Guardiães da Ordem: Uma viagem pelas práticas psi no Brasil do milagre*, Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Práticas “Psi” no Brasil do “Milagre”: algumas de suas produções. Em A. M. Jacó-Vilela, F. Jabur & H. de B. Rodrigues (Orgs.), *Clio-Psyché: histórias da psicologia no Brasil*. RJ: Núcleo Clio-Psyché da UERJ, 1999, p. 43-53, 2004.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Dossiê: Decolonialidade E Perspectiva Negra*. Soc. estado. 31 (1). Jan-Apr 2016.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução Jamilyne Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. 495 p.

COLLINS, Patricia Hill. *Prefácio*. In: PEREIRA, A. C. J. *Intelectuais Negras Brasileiras horizontes políticos*. Editora Letramento, 2019.

ESPINHA, Tatiana Gomez. *A temática racial na formação em psicologia a partir da análise de projetos político-pedagógicos: silêncio e ocultação*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2017.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Tradução de José Laurênio de Melo. RJ: Civilização Brasileira, 1968, 275p.

FAUSTINO, Deivison Mendes. “Por que Fanon, por que agora?”, Frantz Fanon e os Fanonismos no Brasil. *Tese de Doutorado*. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

FIGUERDO, Carlos Vinicius da Silva. Estudos subalternos: uma introdução. *Raído*. Dourados, n. 4, v. 7, p.83-92, 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/X/Downloads/eduufgd,+art+7+-+Carlos+Figueiredo.pdf> Acesso em 07/08/2023.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais negros e Produção do conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, B. S.; MENEZES, M. P. (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 419-443.

GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Vozes, 154 p. 2017.

GONZALEZ, Lélia. *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos* Rio Janeiro: Zahar, 2020.

HARAWAY, Donna. J. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu* (5). Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 1995, p.7-41. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773> Acesso em 07/08/2023.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo Martins Fontes, 2013.

hooks, bell. Intelectuais Negras. *Revista Estudos feministas*, vol. 3, nº 2/95, p 464-476, 1995. <https://doi.org/10.1590/%25x>

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de Racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: COBOGÓ, 2019.

LIMA, Fátima. Trauma, colonialidade e a sociogenia em Frantz Fanon: os estudos da subjetividade na encruzilhada. *Arq. bras. psicol.* vol.72, nº.esp. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.arbp2020v72s1p.80-93>

LINO, Tayane Rogeria. O lócus enunciativo do sujeito subalterno: fala e emudecimento. *Anu. Lit., Florianópolis*, v. 20, n. 1, p. 74-95, 2015.



LORDE, Audre. *Irmã outsider*. Tradução Stephanie Borges. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MATTAR, Cristiane Monteiro. Psicologia em tempos sombrios e o despertar da bela adormecida: estudos em subjetividade e clínica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 72(Supl. Especial), 18-32, 2020. <http://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.arbp2020v72s1p.18-32>.

MBEMBE, Achille. *A universalidade de Frantz Fanon*. Cidade do Cabo, 2011.

MBEMBE, Achille. *Políticas da Inimizade*. Trad. de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017, 250p.

MBEMBE, Achille. *Sair da grande noite*. Ensaios sobre a África descolonizada. Petrópolis/RJ: Vozes, 2019.

MOMBAÇA, Jota. Rastros de uma submetodologia indisciplinada. *Concinnitas*, ano 17 volume 01, número 28, 2016.

MOORE, Carlos. *Racismo e Sociedade Novas Bases Epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte, 2007.

OLIVEIRA, Denilson Araújo. Leituras geográficas e fanonianas do racismo, do trauma e da violência psíquica: alguns apontamentos teóricos. In: RIO DE JANEIRO (Estado). Defensoria Pública. *Direitos humanos, saúde mental e racismo: diálogos à luz do pensamento de Frantz Fanon*. Organizadoras: Patrícia Carlos Magno, Rachel Gouveia Passos. – Rio de Janeiro: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

OLIVEIRA, Luiza Rodrigues.; BALIEIRO, Thais Bispo; SANTOS, Abrahão de Oliveira. Racismo e psicologia na escola: diálogos entre Fanon e Freire. *Arq. bras. psicol.* vol.72 no.spe Rio de Janeiro, 2020. <http://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.arbp2020v72s1p.94-108>

Oliveira, Roberta Gondim. Racismo e suas expressões na saúde. Rio de Janeiro (Estado). Defensoria Pública. *Direitos humanos, saúde mental e racismo: diálogos à luz do pensamento de Frantz Fanon*. Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro; Org: Patrícia Carlos Magno, Rachel Gouveia Passos. – Rio de Janeiro: Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2020. – 272 p.

OLIVEIRA, Regina Marques de Souza.; NASCIMENTO, Maria da Conceição. Psicologia e relações raciais: sobre apagamentos e visibilidades. *Revista da ABPN*, v. 10, n. 24, nov.2017 – fev. 2018, p.216-240. Disponível em: [file:///C:/Users/X/Downloads/abpn,+Gerente+da+revista,+Texto11\\_ReginaeConceicao\\_A+PSICOLOGIA+E+RELACOES+RACIAIS-1.pdf](file:///C:/Users/X/Downloads/abpn,+Gerente+da+revista,+Texto11_ReginaeConceicao_A+PSICOLOGIA+E+RELACOES+RACIAIS-1.pdf) Acesso em 23/07/2023



PESSANHA, Eliseu Amaro de Melo. M; DO NASCIMENTO, Wanderson Flor. Necropolítica: Estratégias de extermínio do corpo negro. *ODEERE*, [S.l.], v. 3, n. 6, p. 149-176, dez. 2018. <https://doi.org/10.22481/odeere.v3i6.4327>

PINN, Maria Lídia de Godoy. Beatriz Nascimento e a invisibilidade negra na historiografia brasileira: mecanismos de anulação e silenciamento das práticas acadêmicas e intelectuais. *Aedos*, Porto Alegre, v. 11, n. 25, p.140-156, dez. 2019. Disponível em: [file:///C:/Users/X/Downloads/lucio\\_geller,+10Beatriz+Nascimento+e+a+invisibilidade+negra+na+historiografia+brasileira.pdf](file:///C:/Users/X/Downloads/lucio_geller,+10Beatriz+Nascimento+e+a+invisibilidade+negra+na+historiografia+brasileira.pdf) Acesso em 04/06/2023.

SANTANA, Hellen Maciel.; DALTRO, Mônica Ramos.; CASTELAR, Marilda. Relatos de psicólogas sobre sua formação no âmbito das relações raciais. *Psicologia & saberes*. V.7, n.9, 2018. <https://doi.org/10.3333/ps.v7i9.813>

SANTOS, Alessandro de Oliveira.; SCHUCMAN, Lia Vainer.; MARTINS, Hildeberto Vieira. Breve Histórico do Pensamento Psicológico Brasileiro Sobre Relações Étnico-Raciais. *Psicologia: ciência e profissão*, 2012, 32 (num. esp.), 166-175. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500012>

SANTOS, Luis Carlos Ferreira.; OLIVEIRA, Eduardo David. Filosofia africana: necropolítica e poética de resistência. *Problemata: R. Intern. Fil.* V. 10. n. 2 (2019), p. 212-228. Disponível em: <file:///C:/Users/X/Downloads/lsardeiro-13-filosofia-africana-necropolitica-e-poetica-de-resistencia.pdf> Acesso em 04/06/2023.

SANTOS. Milton. *Por uma Geografia Nova – da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SOARES, Lissandra Vieira.; MACHADO, Paula Sandrine. “Escrevivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. *Psicologia Política*. vol. 17. nº 39. pp. 203-219. mai. – ago. 2017. Disponível em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1519-549X2017000200002&script=sci\\_abstract](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1519-549X2017000200002&script=sci_abstract) Acesso em 04/06/2023

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* 1. ed. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

*Recebido em: 23/08/2023*

*Aprovado em: 19/09/2023*